Art. 2.º Para administrar o fundo permanente a que se refere o artigo anterior, é nomeada uma comissão administrativa composta pelo chefe de Departamento de Administração Patrimonial, como presidente, chefe da Secção Administrativa, vogal, e um funcionário da mesma secção, na qualidade de secretário.

Art. 3.º Na recomposição e restituição do mesmo fundo, e na prestação das contas da sua aplicação, observar-se-á o disposto nos n.ºs 3 a 5 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 41/83/M, de 21 de Novembro.

Governo de Macau, aos 11 de Fevereiro de 1985. — O Encarregado do Governo, *Manuel Maria Amaral de Freitas*.

Portaria n.º 34/85/M

de 16 de Fevereiro

Tendo em atenção o pedido de autorização formulado pela «QBE Insurance (International) Limited», com sede na Austrália, para o exercício da actividade seguradora em Macau, através de uma agência-geral estabelecida no Território;

Verificados pelo Instituto Emissor de Macau, E.P., os pressupostos legais enunciados no artigo 15.º, conjugado com as alíneas b) e e) do n.º 1 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 59/81/M, de 28 de Dezembro;

Usando da faculdade conferida pelo artigo 15.º, n.ºs 1 e 2, do Estatuto Orgânico de Macau, promulgado pela Lei Constitucional n.º 1/76, de 17 de Fevereiro, o Governador de Macau manda:

Artigo único — 1. É autorizada a «QBE Insurance (International) Limited», em chinês, «Ou Chau Kuan Si Lan (Kock Chai) Pou Him Iau Han Cong Si», nos termos do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 50/81/M, a exercer a actividade seguradora em Macau, explorando os ramos a seguir discriminados, nas condições gerais e particulares estabelecidas na Portaria n.º 213/83/M, de 30 de Dezembro, relativamente ao ramo de seguro automóvel e nas condições gerais e especiais que vierem a ser aprovadas pelo Instituto Emissor de Macau, E. P., para os restantes ramos de seguro:

Acidentes de Trabalho;

Acidentes Pessoais;

Incêndio;

Automóvel;

Marítimo — Carga;

Diversos: — Furto ou Roubo; Responsabilidade Civil, Valores em Trânsito; Cauções Fianças, Multi-Riscos Habitação; Avarias de Máquinas; Construções; Jóias, Peles e Objectos de Valor.

2. Fica ainda esta Companhia autorizada, nos termos do artigo 78.º do citado diploma legal, com a redacção que lhe foi dada pelo artigo único do Decreto-Lei n.º 47/82/M, de 13 de Setembro, a efectuar seguros de quaisquer entidades públicas do território de Macau.

Governo de Macau, aos 14 de Fevereiro de 1985. — O Governador, *Vasco de Almeida e Costa*.

GABINETE DO GOVERNO DE MACAU

Despacho n.º 21/85

Ouvido o Conselho Consultivo, homologo o parecer n.º 156/84, de 20 de Dezembro, da Comissão de Terras, respeitante ao pedido de concessão por arrendamento de um terreno com a área de 344,5m², sito no Pátio da Guia, feito pela Associação de Karate-Do Seigokam de Macau (Proc. n.º 7/84).

Nestes termos, considerando o disposto nos artigos 29.º, alínea c), 49.º a 54.º e 56.º, alínea a), n.º 1, e tendo em conta a informação n.ºs 104/84 e 390/84, dos SPECE, o parecer nelas emitido bem como o despacho nas mesmas exarado pelo Ex.º Senhor Secretário-Adjunto para o OEFI;

Autorizo aquele pedido, devendo a respectiva escritura lavrar-se nas seguintes condições:

Cláusula 1.ª — É concedida, por arrendamento e com dispensa de hasta pública à Associação de Karate-Do Seigokam de Macau, uma parcela de terreno situada no Pátio da Guia, com área de 344,50m² e assinalada na planta em anexo.

Cláusula 2.ª — O arrendamento é outorgado pelo prazo de vinte e cinco anos, contados a partir da data da assinatura do presente contrato.

Cláusula 3.ª — O terreno concedido destina-se à construção de um prédio para a prática das actividades desenvolvidas pela Associação.

Parágrafo único — Ao primeiro outorgante assiste o direito de utilizar gratuita e prioritariamente, mediante aviso com a antecedência mínima de 15 dias, a sala de Karate para as competições oficiais da modalidade.

Cláusula 4.ª — A renda anual é de \$3,00 patacas por metro quadrado de terreno concedido, num total de \$1 034,00 (mil e trinta e quatro) patacas.

§ 1.º — Durante a execução da obra a renda será de \$1,50 patacas por metro quadrado, num total de \$517,00 (quinhentas e dezassete) patacas.

§ 2.º — A renda anual será revista de 5 em 5 anos a contar da data da assinatura do presente contrato.

Cláusula 5.ª — O aproveitamento do terreno para a finalidade da concessão deverá operar-se no prazo de 24 meses a contar de (data da assinatura do termo de compromisso).

§ 1.º — Sem prejuízo do estipulado no corpo desta cláusula, o 2.º outorgante observará os seguintes prazos:

a) 90 dias, a contar da data atrás mencionada, para elaboração e apresentação do projecto de arquitectura;

b) 90 dias a contar da data da notificação da aprovação do projecto de arquitectura para apresentação e elaboração do projecto definitivo;

c) 30 dias, a contar da data da notificação da aprovação do projecto definitivo para o início das obras.

§ 2.º — Para efeitos de contagem do prazo mencionado no corpo desta cláusula, entender-se-á que para apreciação de cada um dos projectos referidos no parágrafo anterior os serviços competentes observarão um prazo de 60 dias.

§ 3.º — Se na apreciação dos projectos forem exigidos elementos adicionais aos apresentados, a contagem dos prazos estabelecidos no § 1.º suspende-se no dia da notificação ao 2.º outorgante, recomeçando a partir da entrega, por parte deste, daqueles elementos, no prazo que lhe for concedido para suprimento das deficiências verificadas.